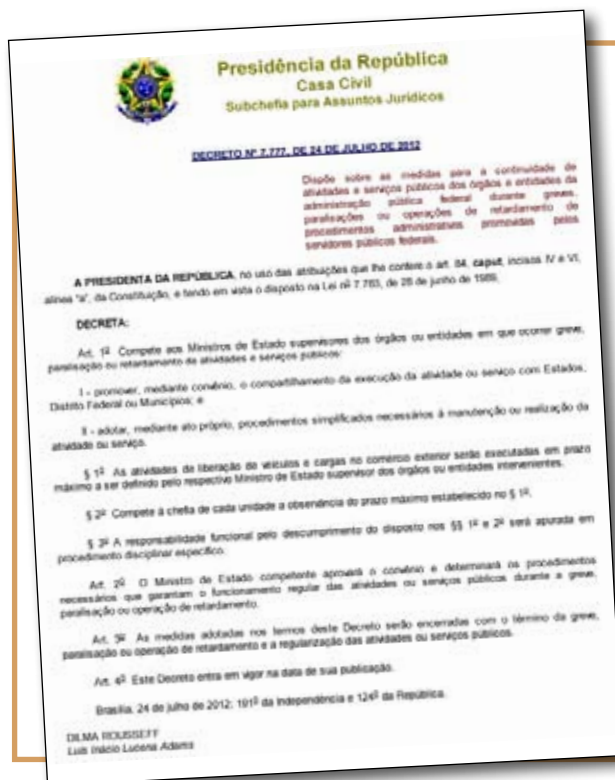


Mobilização se intensifica no Rio



COM a reunião de mobilização do dia 5 de julho (foto), que teve a presença de mais de 60 Auditores-Fiscais, a mobilização em torno da Campanha Salarial se intensificou no Rio de Janeiro. O engajamento local aumentou ainda mais com a Assembleia Nacional do dia 11 de julho, que deliberou sobre os indicativos da Plenária de São Paulo. No final do mês, o Decreto 7.777 acirrou os AFRFB e a paralisação chegou à zona primária. Através de visitas e atividades diversas, a DS/RJ compartilha informes com os filiados e mantém a mobilização na base.



Decreto interrompe negociações

Postura do Governo surpreende Auditores-Fiscais

Enquanto aguardavam resposta sobre reajuste salarial, prometida pelo próprio Governo para o dia 31 de julho, os Auditores-Fiscais foram surpreendidos pelo Decreto 7.777, claramente destinado a interromper as negociações. O decreto foi seguido pela Portaria 260, que foca nas atribuições da Aduana, e pela Portaria 275, contendo modelo de convênio para substituir os Auditores federais pelos estaduais ou municipais.

Entrevistado pelo programa radiofônico Faixa Livre, Rádio Bandeirantes AM (link na página 4), que foi ao ar no dia 31 de julho, o presidente da DS/RJ, João Abreu, lembrou que é preciso questionar se o Decreto e, especificamente, a Portaria 260, seriam uma preparação para a retirada da Aduana do âmbito da Receita Federal. "A portaria sugere que a fiscalização poderá ser feita posteriormente e isso abre um grave precedente", avalia.

PÁGINAS 3 E 4

Administradores pedem apoio do Secretário da Receita

Em Carta Aberta, no final de julho, 98 administradores da 7ª Região Fiscal no Rio de Janeiro expressaram preocupação com o impasse nas negociações salariais e solicitaram a intervenção direta do Secretário da Receita Federal do Brasil, Auditor-Fiscal Carlos Alberto Freitas Barreto, a fim de viabilizar o atendimento aos "justos pleitos" da categoria, no âmbito da Campanha Salarial 2012. Página 2

FALTAM Auditores-Fiscais na Receita Federal do Brasil. A redução do quadro funcional se acelera a cada ano e, sem a necessária reposição, por meio de concurso público específico, os AFRFB em atividade permanecem visivelmente sobrecarregados e premidos por metas cada vez mais apertadas. Em contrapartida, jamais se arrecadou tanto neste país – resultado direto do trabalho realizado pela Receita Federal.

A despeito desses fatores, a carreira, que já vinha sendo desvalorizada, no aspecto socioeconômico, acaba de ser desqualificada por decreto. Com o claro intuito de interromper as negociações salariais que se estendem há mais de um ano, sem sucesso, o Governo ignorou as atribuições específicas de seus outrora “príncipes” e os ameaçou com substituições sumárias por colegas das esferas estadual e municipal, via convênio. Nada a temer, pois cada qual tem competência para atuar com diferentes tributos. Mas, ficou a marca da agressão institucional, reforçada por um texto arbitrário e incompatível com as premissas de um regime democrático – e num Governo de Trabalhadores!

O que veio após o decreto merece mais atenção. A Portaria 260 abre brechas para a retirada da Aduana da Receita Federal, pois prioriza a liberação de mercadorias, em detrimento da imprescindível fiscalização. Nas entrelinhas, o documento “acena” com uma possível fiscalização a posteriori, o que contraria as premissas da Receita Federal – cujo foco é o risco à sociedade e ao Estado brasileiro, que pode estar camuflado em cada pacote, contêiner ou porão de navios e aeronaves.

A Campanha Salarial 2012 prossegue, pois nunca nos ausentamos da mesa negocial. A interrupção forçada pelo Governo, em sua postura de esvaizar o movimento, acabou repercutindo de forma contrária – e não irá aumentar a arrecadação tributária.

Carta dos Administradores da 7ª RF no Rio de Janeiro

Pouco antes da publicação do Decreto 7.777, Auditores-Fiscais com cargos em todos os níveis da Administração Regional expressaram sua preocupação com o impasse nas negociações salariais. O documento, elaborado com rigor técnico, contém dados comparativos sobre o progressivo esvaziamento do quadro de AFRFBs, a partir de 2007, tomando por marco referencial a fusão dos Fiscos. Em contrapartida, entre 2007 e 2011, mesmo contando com um quadro de 92,6% de Auditores, houve crescimento surpreendente do crédito tributário lançado, que hoje é 28% superior àquele constituído em 2007. (Tabelas)

Os Administradores também destacam a importância de “uma sinalização do Governo sobre os efetivos planos de reconhecimento dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil, havendo risco de poder vir prejudicar ainda mais as atividades desenvolvidas pela Receita Federal”. Por fim, solicitam a intervenção do Secretário Carlos Barreto, “na busca de meios que viabilizem e agilizem o atendimento dos justos pleitos dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil e evitem a evolução para uma situação de impasse, prejudicial a nossa Instituição e aos interesses da nação.”

Tabela 1. Quadro de AFRFB x Crédito Tributário Lançado

Ano	Valores Correntes		Base 2007 = 100	
	Qtde Auditores	Crédito Lançado	Qtde. Auditores	Crédito Lançado
2007	12.888	R\$ 85.513.610.304	100,0	100,0
2008	12.754	R\$ 73.878.653.701	99,0	86,4
2009	12.294	R\$ 90.234.219.645	95,4	105,5
2010	12.266	R\$92.030.069.579	95,2	107,6
2011	11.940	R\$ 109.449.544.009	92,6	128,0

Fontes: Boletim Estatístico de Pessoal publicado mensalmente pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRH/MP) no site http://www.servidor/publicacao/boletim_estatistico.htm e Gerenciação Ação Fiscal

A última coluna da tabela 2 mostra como o custo do quadro de AFRFB em relação à receita administrada pela RFB se reduziu neste período: foram reduzidos, tanto a quantidade de AFRFB (92,6% do quadro de 2007), quanto a relação entre o vencimento médio e a receita administrada (87,5% da relação em 2007). Em outras palavras, existem menos AFRFB e estes estão ganhando menos, porém lançando mais.

Tabela 2. Custo de Pessoal (AFRFB) x Receita Administrada

Ano	Quantidade Auditores	Vencimentos			Valores Correntes (R\$ milhões)		Custo de Pessoal sobre Receita Administrada
		Piso	Teto	Média	Receita Administrada	Custo de Pessoal	
2007	12.888	R\$ 10.155	R\$ 13.382	R\$ 11.769	585.127,00	151,67	0,0259%
2008	12.754	R\$ 12.535	R\$ 16.680	R\$ 14.608	660.201,00	186,30	0,0282%
2009	12.294	R\$ 14.753	R\$ 18.260	R\$ 16.507	671.614,00	202,93	0,0302%
2010	12.266	R\$ 13.600	R\$ 19.451	R\$ 16.526	778.949,00	202,70	0,0260%
2011	11.940	R\$ 13.600	R\$ 19.451	R\$ 16.526	938.929,00	197,31	0,0210%

Custo de Pessoal = Quantidade de Auditores Vencimento Médio

Fontes: Boletim Estatístico de Pessoal publicado mensalmente pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SRH/MP), no site http://www.servidor.gov.br/publicacao/boletim_estatistico/bol_estatistico.htm e Resultado da Arrecadação - Anos Anteriores, no site <http://www.receita.fazenda.gov.br/Historico/Arrecadacao/ResultadoArrec/default.htm>

O **Agente Fiscal** é uma publicação mensal da Delegacia Sindical do Rio de Janeiro do Sindifisco Nacional – Sindicato Nacional dos Auditores-Fiscais da Receita Federal do Brasil

Presidente: João Luiz Teixeira de Abreu **Vice-Presidente:** Antônio Henrique Azevedo da Cunha **Secretário-Geral:** Robson Guedes Lassarot **Diretor de Finanças:** Luiz Gustavo Pereira Regadas **Diretora-Adjunta de Finanças:** Sonia Maria Binda Campos Pereira **Diretora de Administração:** Patrícia de Araújo Magalhães **Diretora de Assuntos Jurídicos:** Bety Gutnik Nisenbaum **Diretora-Adjunta de Assuntos Jurídicos:** Leila Souza de B. Signorelli de Andrade **Diretor de Defesa Profissional:** Luciano de Moraes Rebouças **Diretor de Comunicação:** Luiz Roberto Bicalho Domingos **Diretora de Assuntos de Aposentados:** Maria Gláudia Ferrer Mamede **Diretora-Adjunta de Assuntos de Aposentados:** Sonia Maria Cunha dos Santos **Diretor de Relações Inter-sindicais e Assuntos Parlamentares:** Paulo Torres de Carvalho Barbosa **Diretor de Defesa da Justiça Fiscal e da Seguridade Social:** William Brígido Costa **Diretora de Atividades Socioculturais:** Maria Alice Sant’Anna Wiltshire **Diretores Suplentes:** Vera Teresa Balieiro A. da Costa, Rosângela Dutra Weck e Célia Satiyo Seto **Conselho Fiscal:** Aelio dos Santos Filho, Lenine Alcântara Moreira, Marilene de Oliveira Maron

Jornalista Responsável/Redação: Sônia d’Azevedo (Reg.Prof. 17226 RJ) **Diagramação:** Sylvio Marinho **Fotos:** Sônia d’Azevedo

Endereços da DS/RJ

Rua Debret, 23 – Sls. 401/405 – Centro
CEP 20030-080 – Fone: (21) 3125-3800
Fax: (21) 3125-3805 e Rua da Quitanda, 30
11º andar – Centro – CEP 20011-030
Fone: (21) 2507-6063.
E-mail: dsrj@sindifisconacional-rj.org.br
Site: WWW.sindifisconacional-rj.org.br

Distribuição gratuita – circulação local. Textos assinados não contêm, necessariamente, a opinião dos responsáveis por este jornal.

Mobilização no Rio de Janeiro

Engajamento dos Auditores aumenta após Plenária Nacional em São Paulo



28 de junho – O presidente da DS/RJ, João Abreu, reuniu-se com os colegas da Inspeção do Rio de Janeiro, que reiteraram total apoio ao movimento reivindicatório. Foi destacado que a participação plena da zona secundária dará o respaldo necessário aos AFRFB lotados na zona primária. Com os resultados da Plenária Nacional, realizada nos dias 26 e 27 de junho, em São Paulo, os Auditores-Fiscais do Rio de Janeiro se engajaram ainda mais no processo de mobilização.

5 de julho – Atendendo à convocação da DS/RJ, 64 Auditores-Fiscais compareceram à assembleia de mobilização realizada no prédio do Ministério da Fazenda. O representante da DS/RJ no Conselho Nacional de Mobilização (CNM), Helio Muylaert, e o delegado na Plenária, Olavo Porfírio, relataram os resultados da Plenária Nacional, destacando os marcos cronológicos estabelecidos na Plenária: dia 31 de julho – prazo dado pelo próprio Governo para uma proposta de reajuste salarial – e dia 1º de agosto – assembleia nacional para avaliar a possível proposta.



10 a 12 de julho – Assembleias nas diversas unidades da base aprovam, por ampla maioria, os indicativos da mobilização. Os filiados foram favoráveis à recomposição dos Fundos de Corte de Ponto e de Mobilização, por meio de contribuição específica, em seis parcelas, aprovando o desconto de 0,6% e 0,1%, respectivamente. Caso os valores apurados sejam insuficientes, será convocada nova assembleia para deliberar sobre desconto suplementar. O indicativo 9, apresentado durante a Plenária Nacional de São Paulo, recebeu elogios. O item prioriza a reversão dos efeitos funcionais e financeiros do Corte de Ponto da Campanha Salarial de 2008. Contudo, houve críticas aos procedimentos burocráticos para que os AFRFB façam valer o direito ao cancelamento das faltas.

17 de julho - A diretoria da DS/RJ reuniu-se com representantes das diversas unidades para traçar diagnóstico sobre o estágio da mobilização. Foi definido o plano de mobilização local, que incluiu cronograma de visitas sindicais às zonas primária e secundária, para interlocução permanente entre os setores e coesão das ações.

19 de julho – Cumprindo orientações da DS/RJ e do Comando Local de Mobilização, os Auditores lotados na zona primária do porto do Rio do Janeiro intensificaram a operação-padrão e passaram a suspender o desembarço e a recepção de mercadorias, dois dias por semana, até a primeira quinzena de agosto – totalizando quatro semanas desse tipo de ação. O porto de Itaguaí acompanhou os procedimentos do Rio de Janeiro.

19 de julho – O presidente da DS/RJ, João Abreu, e o representante local no CNM, Helio Muylaert, visitaram os colegas da Divisão de Controle e Acompanhamento Tributário da Delegacia da Receita Federal no Rio de Janeiro (Dicat/DRF-RJO I), visando

fortalecer o movimento na zona secundária. (Foto).

25 de julho – O Governo publica o Decreto 7.777, destinado a interromper as negociações salariais, que se estendem há mais de um ano. A DS/RJ se posicionou sobre o fato:

“Governo responde aos servidores com decreto para esvaziar mobilização

A menos de uma semana do prazo limite para apresentação de alguma proposta de reajuste salarial aos servidores públicos federais, o Governo surpreende o país com a publicação do Decreto nº 7.777, destinado a esvaziar completamente as negociações no âmbito da Campanha Salarial 2012.

Superado o primeiro momento de perplexidade, o principal sentimento dos servidores é indignação. O teor do decreto desmerece e desqualifica todas as categorias, ignorando até mesmo que o ingresso nas carreiras de Estado se dá por concurso público específico.

Diante desse novo cenário, a diretoria da DS/RJ se mobiliza para discutir os efeitos que tal decreto poderá produzir sobre os Auditores-Fiscais.

Estamos ainda mais coesos, no intuito de destacar o valor de nosso trabalho e a competência com a qual o realizamos, em benefício da Sociedade. O que nos move é a consciência de que nossas reivindicações são justas.”





26 de julho – Reunidos durante almoço organizado pela DS/RJ, os Auditores-Fiscais de Volta Redonda (foto) externaram ao presidente João Abreu sua indignação com o teor do Decreto 7.777. Na avaliação dos filiados, a categoria precisava reagir de forma positiva e reforçar ainda mais a mobilização. A reunião teve a presença de 20 Auditores – praticamente todo o efetivo da unidade que não estava em férias.



30 de julho – Diretores das Delegacias Sindicais da 7ª Região Fiscal – Rio de Janeiro, Niterói, Campos e Vitória – reuniram-se com a Superintendente Regional Eliana Polo Pereira e sua Adjunta, Denise Fernandez, para conhecer a origem e implicações do Decreto 7.777 e da Portaria 260.

31 de julho – Numa entrevista ao programa Faixa Livre, da Rádio Bandeirantes AM, o presidente da DS/RJ externou a indignação da categoria com o teor do Decreto 7.777 e da Portaria 260. Segundo ele, a postura do Governo denota despreparo para lidar com um cenário complexo, pois a mobilização dos servidores públicos federais e o julgamento do “Caso Mensalão” repercutem ainda mais por se tratar de um ano eleitoral. (Link: <http://programafaixalivre.org.br/blog/faixa-livre-31072012-joao-abreu-presidente-do-sindifisco-rj/>)

1º a 3 de agosto – A indignação intensificou o movimento dos Auditores do Rio, cuja percepção é de não haver qualquer reconhecimento ao excelente trabalho realizado na SRF, nos últimos anos. Apesar da falta de concursos, redução natural dos quadros e exigências cada vez maiores sobre cumprimento de metas, os AFRFB vêm alcançando índices crescentes de arrecadação – ou seja, o que sustenta a “máquina” pública. Nas Assembleias Nacionais da base, os filiados repudiaram a atitude do Governo e confirmaram a disposição de continuar manter o movimento. Nas unidades da zona primária, os portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí/Sepetiba mantiveram operação-padrão com dois dias de desembaraço zero por semana.



O Aeroporto Internacional do Rio de Janeiro (foto) também votou pela operação-padrão e constituiu comissão de mobilização com representante por setor. Os colegas suspenderam as atividades na bancada, no dia 7 de agosto, fato que ganhou destaque na mídia, em nível nacional.



A DEMAC (foto) acompanhou os colegas, bem como as demais unidades da zona secundária, firmando compromisso de ampliar o respaldo aos colegas da Aduana.



AGENDA SOLIDÁRIA



O vice-presidente da DS/RJ, Antonio Henrique (centro da foto), participa da passeata dos servidores federais que percorreu as principais ruas do Centro do Rio de Janeiro, no dia 28 de junho.